

DESEMPREGO E POLÍTICA MONETÁRIA

Friedrich A. Hayek

DESEMPREGO E POLÍTICA MONETÁRIA

2ª Edição



Copyright © Instituto Liberal e
Instituto Ludwig von Mises Brasil

Título:
DESEMPREGO E POLÍTICA MONETÁRIA

Editado por:
Instituto Ludwig von Mises Brasil
R. Iguatemi, 448, cj. 405 – Itaim Bibi
CEP: 01451-010, São Paulo – SP
Tel.: +55 11 3704-3782
Email: contato@mises.org.br
www.mises.org.br

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*
ISBN – 978-85-62816-22-2

2ª Edição

Tradução para a língua portuguesa por:
Og Francisco Leme

Revisão para a nova ortografia:
Cristiano Fiori Chiocca

Imagens da capa:
Ludwig von Mises Institute

Projeto gráfico e Capa:
André Martins

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Sandro Brito – CRB8 – 7577
Revisor: *Pedro Anizio*

H417d Hayek, Friedrich A.
Desemprego e política monetária / Friedrich A. Hayek.
São Paulo : Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011.
p.68

Tradutor : Og Francisco Leme

1. Economia 2. Desemprego 3. Liberalismo
4. Política Monetária 5. Intervenção estatal I. Título.

CDU – 331.56:330.10

SUMÁRIO

PREÂMBULO

POR GERALD P. O'DRISCOLL JR.	11
A falácia da escolha não exaustiva.	11
Hayek redescoberto.	12
Atuais contribuições à teoria econômica.	14
NOTA A RESPEITO DA TEORIA DO CAPITAL DA “ESCOLA AUSTRIACA”	
POR SUDHA R., SHENOY	17
PREFÁCIO	
POR F.A. HAYEK	19

PARTE I: DESEMPREGO E POLÍTICA MONETÁRIA

INFLAÇÃO, MÁ ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E DESEMPREGO

1. Inflação e desemprego	23
Três escolhas de política.	23
Lições da Grande Inflação.	24
2. A “cura” política de Keynes para o desemprego	27
O desenvolvimento das ideias de Keynes	27
A “ideia fatal”	28
3. A verdadeira teoria do desemprego	29
A teoria de Keynes – uma tentação para os políticos	29
Taxas de câmbio fluentes, pleno emprego e moeda estável.	30
4. A inflação acaba aumentando o desemprego	33
Por que não podemos viver com inflação.	33
Efeitos nocivos da inflação	33
Alocação inadequada de mão de obra.	34
As consequências são inevitáveis	35
Desemprego temporário, mas não em massa.	36
5. O que pode ser feito agora?	37
O primeiro passo	37
Evitar que a recessão degenera em depressão	38
O sonho keynesiano	38
Objetivo fundamental: dinheiro estável, e não “pleno emprego” instável ...	39
Disciplinando as autoridades monetárias	39

PARTE II: A FICÇÃO DO CONHECIMENTO

A atitude “cientificista”	45
A principal causa do desemprego	47
O método matemático em economia: usos e limitações	49

Quando a ciência não é científica	52
Obstáculos à previsão.	54
O poder de coerção pode obstruir as forças espontâneas	56

PARTE III:

DESEMPREGO:

CONSEQUÊNCIA INEVITÁVEL DA INFLAÇÃO

Keynes confirmou a crença do setor empresarial na demanda elevada . . .	61
“Depressão secundária” e medidas monetárias compensatórias	62
É difícil identificar a mão de obra mal direcionada durante a “longa prosperidade”	62
A recuperação deve resultar da revitalização de investimentos lucrativos	63
O monetarismo e a (macro) teoria quantitativa mecânica	64
Cantillon e Keynes	65
Os governos agiram de acordo com maus conselhos.	66
“Inflação”: certo e errado.	66
Não há possibilidade de escolha entre inflação e desemprego	67

PREÂMBULO

GERALD P. O'DRISCOLL, JR.

A FALÁCIA DA ESCOLHA NÃO EXAUSTIVA

Hoje há um amplo consenso em relação ao fato de que os conceitos e a metodologia da macroeconomia tradicional muito dificilmente se ligam (se é que é possível conseguir fazê-lo) à teoria econômica geral. A macroeconomia trata das inter-relações dos conceitos agregados da economia, tais como, renda nacional, demanda agregada, emprego total, velocidade etc.. Até há relativamente pouco tempo, os teóricos da macroeconomia não levavam em consideração os fundamentos microeconômicos. Ao contrário, boa parte do esforço profissional se concentrava nas discussões “fiscalistas *versus* monetaristas” ou “keynesianos *versus* friedmanianos”.

O fato de essas discussões terem desviado a atenção antes concedida aos microfundamentos é apenas parte do problema. Tais discussões foram, em grande parte, inúteis. Geralmente as opiniões sobre as quais os protagonistas divergiam não representavam, na verdade, nem o que eles então supunham que representassem¹, nem o que os autores de livros-textos descreviam. Mais ainda, a justaposição das duas alternativas – teoria neoquantitativa ou keynesianismo – envolve a falácia da escolha não exaustiva. Os modelos-padrão do monetarismo e do keynesianismo representam apenas pequena parte do espectro de possíveis abordagens do problema das flutuações econômicas. Os pontos de vista do Professor Hayek e de outros proponentes da teoria “austriaca” das flutuações sempre representaram uma alternativa genuína à macro-ortodoxia. O fato de essas opiniões quase nunca terem sido mencionadas nas discussões sobre macroeconomia reflete certamente, ao menos em parte, que a sua inclusão no debate teria significado tanto a redefinição dos contornos do debate como o reconhecimento da esterilidade da discussão anterior.

A ortodoxia macroeconômica está agora, naturalmente, em pedaços. É banal – mas também, correto – observar que o keynesianismo, como nós o conhecíamos, está morto intelectualmente, mesmo que, por muito tempo, suas ideias ainda possam sobreviver em manuais e livros de autores de grande aceitação. É verdade que há grande número de

¹ Para se ter ideia das dificuldades que os economistas têm enfrentado no esforço de especificar os problemas em questão, veja-se o simpósio sobre a teoria monetária de Friedman, no *Journal of Political Economy*, 80, setembro/outubro de 1982.

modelos “neokeynesianos” (ou “pós-keynesianos”). Quanto a isso, concordo com o irrefutável argumento do Professor Yeager de que os teóricos “keynesianos” da atualidade demonstram indevida modéstia ao atribuir a Keynes suas contribuições originais².

Da mesma maneira, para melhor ou para pior, o monetarismo está sendo superado pela nova teoria das expectativas racionais, da qual trataremos mais adiante.

HAYEK REDESCOBERTO

O renovado interesse por Hayek reflete uma procura de formulações alternativas. Hayek, o antigo e mais efetivo adversário intelectual de Keynes, discordou da formulação deste a respeito do problema das flutuações econômicas, em termos dos conceitos agregativos da macroteoria emergente. Hayek afirmou peremptoriamente que tais conceitos eram elucubração mental, e não categorias empíricas significativas. Mostrou que a teoria geral demonstra categoricamente a impossibilidade de relações funcionais estáveis entre variáveis macroeconômicas, tais como, consumo e investimento de um lado, e emprego total e investimento de outro. Os coeficientes, no curso de um ciclo econômico, devem mudar não apenas quanto à sua grandeza, mas também no que se refere a seus sinais algébricos.

Hayek criticava o sistema de Keynes pelo mesmo motivo pelo qual, anteriormente, criticou a teoria quantitativa, ou seja, pela falta de fundamentos microeconômicos³. Na verdade, Hayek identificou, por associação, a forte relação entre a teoria quantitativa e a teoria de Keynes sua pretensa adversária. Quem se propuser a buscar esta relação já terá vencido muitas barreiras para evidenciar a futilidade dos debates macroeconômicos⁴.

A partir dessa interpretação, é possível explicar por que o enfoque de Hayek não é levado em conta nas discussões dos livros didáticos. Em seu *Monetary Theory and the Trade Cycle*, Hayek propôs uma integração entre a teoria monetária e a teoria dos preços⁵. No livro

² Leland Yeager, “The Keynesian Diversion”, *Western Economy Journal*, 11, junho de 1953, p.p. 150-163.

³ Cf. Friedrich A. Hayek, *Prices and Production*, 2ª ed. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1935, p.p. 1-31 passim.

⁴ Para uma tentativa preliminar para realizá-lo, ver Gerald P. O'Driscoll Jr., e Sudka R. Shenoy, “Inflation, Recession and Stagflation” in *The Foundations of Modern Austrian Economics*, ed. Edwin G. Dolan, Kansas City, Sheed & Ward, 1976, p.p. 185-211.

⁵ Friedrich A. Hayek, *Monetary Theory and the Trade Cycle* (1933), traduzido por N. Kalder e H. M. Croome (New York: Kelley, 1966).

Prices and Production, baseando-se na teoria monetária de seu Professor Ludwig von Mises, ele esboçou uma teoria em que demonstra o fato de distúrbios monetários alterarem a organização dos preços relativos, por afetarem as taxas de juros do mercado, bem como o padrão de investimento. Injeções monetárias constituem uma fonte adicional de demanda de bens e recursos. Vai-se, então, reagir aos sinais de mercado, ou seja, aos preços, acionados por essa fonte adicional, como se fatores reais – a preferência pela poupança, por exemplo – se tivessem alterado. Os agentes das transações reagem aos sinais de mercado, e os sinais relevantes indicam que as funções subjacentes sofreram alterações.

Na verdade, por algum tempo, os efeitos da expansão monetária poderiam ser os mesmos que aqueles produzidos, caso não houvesse mais a preferência pela poupança, uma vez que esta se coloca a favor do consumo futuro e em detrimento do consumo presente. Como consequência, se teria, certamente, não só um *boom* de investimentos, como também um alto nível de emprego. Um ponto crucial para a análise de Hayek reside no fato de ter observado que os recursos serão, então, alocados em atividades produtivas que, em outras condições, não teriam existido. Os recursos podem continuar assim empregados apenas enquanto dura a expansão monetária. A taxa de aumento do estoque de dinheiro tem de acelerar-se para manter o padrão (desequilíbrio) de emprego.

Não é verdade que dependa da expansão monetária a obtenção de um nível elevado de emprego, ou que tal nível possa ser permanentemente mantido por ela. Aliás, é justamente o contrário o que Hayek afirma em sua análise, como se pode ver pelas explicações dadas no primeiro ensaio. Contudo, tão logo a expansão monetária tenha produzido efeitos reais, o padrão de alocação de recursos que dela resultará só poderá ser mantido – caso isso seja possível – através de acelerações na taxa de expansão das reservas monetárias. Conforme observa Hayek no primeiro ensaio, o desemprego não é um meio de combate à inflação – o que é erroneamente sugerido pela teoria macroeconômica de Keynes –, e sim o resultado da desaceleração da taxa de crescimento das reservas monetárias. Tão logo a inflacionada demanda por recursos se reduzir naqueles setores onde, anteriormente se havia expandido, os empresários recomearão a alocar não só recursos, como também mão de obra.

Aqueles que impõem ao mundo os frutos da elucubração mental da macroeconomia percebem como um problema de desemprego *agregado* algo que, na realidade, não é mais que um problema de desemprego setorial. E, por sua vez, o desemprego setorial que se observa num período é, no caso em questão, o resultado de superemprego nesses

mesmos setores, em períodos anteriores. Simetricamente, teria havido subemprego de recursos em algum outro lugar.

É importante notar que é nas fases de expansão *geradas pela criação de dinheiro* – e não pelas poupanças genuínas – que ocorrem as más alocações de recursos e os erros empresariais. Assim, o que é denominado “recessão” revela simplesmente erros anteriores relativos à alocação de recursos. Por outro lado, é na fase de recessão que as realocações corretivas têm lugar. Esse modo de ver o problema pode evidenciar o porquê de as recessões serem necessárias para restaurar o equilíbrio: a recessão é a restauração do equilíbrio ou o começo deste. Para quem faz a política econômica, assumir um compromisso no sentido de debelar a inflação sem provocar alguma espécie de recessão significa comprometer-se a fazer o impossível. E este compromisso acaba por assegurar, juntamente com a estagnação econômica, uma inflação continuada e acelerada. Não há “aterissagens suaves” para uma economia na qual a ordenação das atividades econômicas tenha sido quebrada pela inflação.

Embora o primeiro e o terceiro ensaios de Hayek se baseiem em seu trabalho teórico anterior, eles são aplicáveis às décadas de 1970 e de 1980, especialmente em relação à Grã-Bretanha. Muito poucas vezes nesses ensaios, escritos em 1975, os episódios são datados. Referências ao poder sindical como forte razão para a criação de dinheiro, porém, surpreendem a muitos leitores norte-americanos, que julgam isto estranho. Ainda que tal argumento possa ser verdadeiro para a Grã-Bretanha, é difícil responsabilizar os sindicatos trabalhistas dos Estados Unidos pela expansão monetária norte-americana, não importam, no entanto, as origens das pressões para a expansão monetária; a alocação de recursos é afetada pela política monetária. Mesmo no caso de a expansão monetária não mais ser substancialmente dirigida no sentido de estimular o investimento privado, como Hayek sugere que acontecia em 1931, a ordenação econômica e a alocação de recursos sofrem interferências.

ATUAIS CONTRIBUIÇÕES À TEORIA ECONÔMICA

Os teóricos das expectativas racionais sepultaram definitivamente a macroeconomia keynesiana. De fato, ao apontar as razões pelas quais os modelos macroeconômicos estão fadados a falhar na simulação dos efeitos das políticas macroeconômicas alternativas, o Professor Robert Lucas e outros faziam eco a observações feitas por Hayek há quarenta anos⁶. Realmente, na conferência que pronunciou por

⁶ Ver Robert E. Lucas Jr., “Econometric Policy Evaluation: A Critique”, em *The Phillips Curve and Labor*

ocasião do Prêmio Nobel (o segundo ensaio desta publicação), Hayek não só reafirma veementemente a sua posição, como também provê de fundamentos metodológicos a sua análise positiva⁷.

Apesar de se reconhecer que, em suas críticas à macroeconomia convencional, os teóricos das expectativas racionais repetem os pontos de vista de Hayek, não se pode deixar de levar em conta as diferenças fundamentais entre o pensamento do economista austríaco e a nova teoria monetária. Hayek sempre deu muita ênfase ao fato de os mercados funcionarem com base em uma economia de informações e de se caracterizarem pela descentralização e dispersão de conhecimentos⁸. Essa visão do problema explica tanto a eficiência dos mercados quanto a sua vulnerabilidade com respeito a distúrbios monetários. A estrutura da economia não é revelada a ninguém. As expectativas se formam pela falta de um conhecimento completo. Pela ênfase com que tratam da homogeneidade do conjunto de conhecimentos e dos conhecimentos dos agentes em relação à estrutura da economia, os teóricos das expectativas racionais divergem radicalmente da abordagem de Hayek⁹.

Qualquer pessoa deveria, certamente, ficar muito animada com as recentes contribuições no campo da teoria monetária. Mas é preciso que a teoria monetária ainda venha a redescobrir as contribuições específicas que nos foram dadas por Mises, Hayek e por outros “austríacos” para que possamos chegar à compreensão das flutuações econômicas. Eles representam toda uma tradição que, tendo começado com Cantillon e passado pela economia política clássica, está sendo ignorada. Este documento do “Cato Institute” serve de excelente introdução a esta tradição.

New York University Fevereiro 1979

Markets, ed. Karl Brunner e Allan H. Meltzer, (New York: Horth-Hollands, 1976), pp. 19-46.

⁷ N.T. “Positiva” no sentido de descrição científica.

⁸ Friedrich A. Hayek, “Economics and Knowledge” e “The Use of Knowledge in Society” no seu *Individualism and Economic Order* (Chicago: University of Chicago Press, 1948).

⁹ Em sua recente crítica à abordagem das Expectativas Racionais, o Professor Arrow adota a posição de Hayek. Ver Kenneth J. Arrow, “*The Future and Present in Economics*”, *Economics Enquiry* 61 (abril 1978): 157-71.

NOTA A RESPEITO DA TEORIA DO CAPITAL DA “ESCOLA AUSTRIACA”

SUDHA R. SHEMOY

A teoria do capital proposta pela “Escola Austríaca” considera o capital não como uma reserva homogênea, mas como uma cadeia de bens inter-relacionados: uma estrutura diversificada de elementos complementares, e não um conjunto uniforme. O processo de produção, por sua vez, é visto como algo que vai ocorrendo em uma série de “estágios”, os quais se estendem dos estágios mais remotos até o consumo final. Vejamos um exemplo disto: uma usina siderúrgica não pode, *por si mesma*, produzir bens de consumo final, tais como, automóveis ou máquinas de lavar roupa. Para a produção de tais bens de consumo faz-se necessário o concurso de toda uma cadeia de investimentos complementares: fábricas, maquinaria, estoques de matérias-primas etc.. A produção da usina siderúrgica entra no estágio produtivo seguinte como um insumo – juntamente com outros, como as matérias-primas – e é usada por indústrias, nesse novo estágio, para a fabricação de diversos bens intermediários. Estes novos bens, por sua vez, vão servir de insumos para o estágio subsequente do processo produtivo, até que o consumo final seja alcançado.

Portanto, de acordo com este ponto de vista, os investimentos que se fazem para a distribuição por atacado ou no varejo são complementares aos investimentos em estágios anteriores de produção: eles são parte integrante da estruturação do capital como um todo necessário para levar os bens ao estágio final do consumo. Certos bens do capital podem ou ser específicos de um determinado estágio da produção, ou ser adaptáveis a diversos estágios.

Em outras palavras, uma miscelânea de bens não preparados para a fase de consumo *não* elevarão *necessariamente* a produção final. Investimentos individuais de capital – sejam eles em fábricas, maquinarias, matérias-primas ou bens semiacabados – devem ajustar-se a uma estrutura integrada de capital, completa até o estágio final de consumo, se é que se deseja que façam parte da produção final do consumo. Investimentos que não se integram nessa estrutura são – ou tornam-se – *maus* investimentos, geradores de perdas de capital e de perdas operacionais.

O “entrelaçado”, ou seja, a composição de bens de capital que formam uma estrutura coordenada de capital altera-se com

as circunstâncias. Assim, uma fábrica, antes lucrativa, torna-se deficitária quando as circunstâncias que envolvem sua criação se alteram. Por outro lado, as novas circunstâncias proporcionam novas oportunidades de investimentos. Investimentos antes inúteis podem, então, tornar-se lucrativos. Em resumo, nem o capital se mantém automaticamente intacto, nem os investimentos são, em todas as circunstâncias, automaticamente rentáveis.

O papel essencial dos preços – e das taxas de retorno de bens individuais – pode ser vislumbrado nesse rápido esboço. Somente quando existem mercados nos quais os preços representam os graus mutáveis de escassez relativa dos diferentes tipos de bens de capital envolvidos, a estrutura de capital pode estar integrada como um todo, e os maus investimentos podem vir à tona.

PREFÁCIO

F.A. HAYEK

O desemprego atual é o resultado direto da miopia das “políticas de pleno emprego” adotadas nos últimos 25 anos. Esta é a triste verdade que devemos enfrentar, se não quisermos ser levados a tomar medidas que apenas podem agravar a situação. Quanto mais cedo pudermos encontrar um meio de sair desta “santa ignorância”, tanto mais curto será o período do sofrimento.

Na verdade, não há nada mais fácil que criar emprego adicional por algum tempo: basta aliciar trabalhadores para algumas atividades que, através de dispêndio de dinheiro novo, criado especialmente para este fim, passaram a ser temporariamente atraentes. De fato, nos últimos vinte e cinco anos, temos de maneira deliberada e sistemática recorrido à rápida criação de empregos exatamente através da expansão da oferta monetária. Esta expansão, que tem aumentado regularmente nos últimos 200 anos, em decorrência de um defeito no sistema creditício, torna-se, assim, a causa de depressões recorrentes.

Não nos deveríamos surpreender com esse resultado, sobretudo quando vimos sucessivamente removendo todas as barreiras que, no passado, foram levantadas como uma defesa contra a constante pressão popular a favor do “dinheiro barato”. Repetiu-se o que ocorreu no início do período das finanças modernas: fomos novamente seduzidos por alguém com poder de persuasão suficiente para nos levar à tentativa de um novo encilhamento inflacionário. E a bolha da inflação agora explodiu. Descobriremos rapidamente que muito do “crescimento” artificialmente induzido representou um desperdício de recursos e que a dura verdade é que o mundo ocidental está levando uma vida além de suas posses.

Não basta reconhecer a necessidade premente de reintegrar os desempregados ao processo produtivo, se quisermos prevenir calamidades similares no futuro: não menos importantes são as medidas que devem ser tomadas no sentido de evitarmos que a repetição dos erros cometidos no passado venha a tornar a situação ainda pior. A esta tão urgente tarefa de repensar as concepções teóricas que nos nortearam destinam-se as conferências aqui impressas.

As duas primeiras conferências, ministradas para um público acadêmico da Itália¹ e da Suécia², foram publicadas em anais das instituições para as quais elas foram apresentadas. A terceira, proferida e entregue para publicação quando as duas anteriores já estavam sendo impressas, contém elaborações e elucidações que me pareceram necessárias quando, numa viagem como conferencista aos Estados Unidos, tratei dos temas da primeira delas³.

Sou muito grato ao “Cato Institute” por tornar essas conferências acessíveis aos leitores dos Estados Unidos, através de sua impressão na série “Cato Papers”.

Março de 1979

¹ “Inflação, má alocação de mão de obra e desemprego” é uma versão revista de uma conferência, que, pronunciada em 8 de fevereiro de 1975, no congresso Convegno Internazionale, organizado para a comemoração do 100º Aniversário de Luigi Einaudi, pela Academia Nazionale dei Licei, Roma, foi publicada nas atas daquele congresso.

² “A pretensão do conhecimento”, conferência pronunciada na Alfred Nobel Memorial, em 11 de dezembro de 1974, na Escola de Economia de Estocolmo.

³ “Desemprego: consequência inevitável da inflação”, conferência pronunciada em vários lugares, nos Estados Unidos, durante o mês de abril de 1975.

PARTE I

DESEMPREGO: CONSEQUÊNCIA
INEVITÁVEL DA INFLAÇÃO

INFLAÇÃO, MÁ ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E DESEMPREGO

1

INFLAÇÃO E DESEMPREGO

Depois de um quarto de século incomparável por sua enorme prosperidade, a economia do mundo ocidental chegou a um ponto crítico. Parece-me que este período deva passar à história como a Grande Prosperidade, da mesma forma que os anos 1930 passaram a ser conhecidos como a Grande Depressão.

Eliminados os freios automáticos que funcionavam no passado – a saber, o padrão-ouro e taxas fixas de câmbio –, foi realmente possível manter o pleno emprego – e até mesmo o superemprego – gerado pela expansão do crédito e, em última análise, mantido pela inflação desenfreada. Na realidade, pôde-se manter esta situação por um tempo muito mais longo do que eu suporia possível. Mas já se está chegando – ou talvez mesmo já se tenha chegado – a um ponto final.

Minha situação não é nada agradável: durante quarenta anos repeti que o momento de prevenir o advento de uma depressão tem lugar durante o auge da prosperidade. Nesta época, porém, ninguém me deu ouvidos. Agora, muitas pessoas vêm perguntar-me como evitar as consequências desta mesma política contra a qual sempre me coloquei abertamente. Eu teria que endossar promessas feitas pelos chefes de governo de todos os países industriais do Ocidente a seus povos no sentido de que eles poderão estancar a inflação e preservar o pleno emprego. No entanto, tenho certeza de que eles *não podem* cumpri-las. Chego mesmo a temer que as tentativas de protelar a crise inevitável com um novo empurrão inflacionário possam ter algum êxito temporário, o que certamente tornará o colapso ainda pior.

TRÊS ESCOLHAS DE POLÍTICA

A verdade inquietante – mas inalterável – reside no fato de que a enganosa política monetária e creditícia adotada durante quase todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial levou os sistemas econômicos de todos os países industriais do Ocidente a uma situação muito instável: *qualquer coisa* que façamos redundará nas mais desagradáveis consequências. Restam-nos apenas três opções:

1. Permitir que continue o acelerado processo inflacionário até que ele leve à completa desorganização de toda a atividade econômica.

2. Controlar salários e preços, o que encobriria os efeitos de uma inflação continuada, mas, por outro lado, nos levaria, inevitavelmente, a um sistema econômico totalitário, dirigido centralmente.

3. Frear com firmeza o aumento da quantidade de dinheiro, medida esta que, fazendo surgir um desemprego substancial, traria à tona todos os problemas decorrentes de um direcionamento errôneo da alocação da mão de obra, problemas estes que, causados pela inflação dos anos anteriores, se tornariam, no entanto, ainda mais graves no caso de se optar por qualquer uma das duas outras alternativas.

LIÇÕES DA GRANDE INFLAÇÃO

Para que se possa compreender o porquê de o mundo ocidental se ter deixado levar a esse terrível impasse, faz-se necessário um rápido exame de dois acontecimentos passados, ocorridos logo após a Primeira Guerra Mundial, que condicionaram decisivamente a orientação política dos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Principalmente, é preciso relembrar um fato de que, infelizmente, muitos se esqueceram. A Grande Inflação da Áustria e da Alemanha chamou-nos a atenção para a estreita relação entre as alterações da quantidade de dinheiro e as variações do nível de emprego. Ficou especialmente claro não só que o nível de emprego criado pela inflação se ia reduzindo à medida que o ritmo da inflação era desacelerado, mas também que, com o término da inflação, surgia o que se passou a chamar de “crise de estabilização”, caracterizada por índices alarmantes de desemprego. Foi por perceber essa relação que, desde o início, juntamente com alguns dos meus contemporâneos, vi que deveria não apenas rejeitar o tipo de política de pleno emprego defendido por Lorde Keynes e por seus seguidores, como também colocar-me determinadamente em oposição a ele.

É preciso acrescentar, a respeito desta revisão da Grande Inflação, que o muito que aprendi não foi fruto somente de observação pessoal. Reconheço que me ensinaram a ver a total estupidez dos argumentos que eram, naquela época, apresentados, principalmente na Alemanha, para explicar e justificar os aumentos da quantidade de dinheiro. E estes ensinamentos devo-os principalmente a meu professor, o falecido Ludwig von Mises. Vejo agora a grande maioria desses argumentos defendidos nada mais nada menos do que em países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, países estes que, naquela

época, pareciam muito bem preparados em relação à Economia: seus economistas viam, então, com desdém, as loucuras dos colegas alemães, nenhum desses defensores da política inflacionária foi capaz de propor ou de aplicar medidas que eliminassem a inflação, que foi, afinal, estancada por Hjalmar Schacht, homem que acreditava firmemente numa versão rude e primitiva da teoria quantitativa.

A política das décadas atuais – ou a teoria que a fundamenta – teve a sua origem, porém, nas experiências específicas da Grã-Bretanha, durante as décadas de 1920 e de 1930. Passada a inflação da Primeira Guerra Mundial – que, aliás, agora nos parece muito modesta – a Grã-Bretanha, em 1925, voltou ao padrão-ouro. Na minha opinião, esta volta, embora tenha sido efetuada de maneira honesta e sensata, baseou-se lamentável e equivocadamente na paridade anterior. A doutrina clássica, de modo algum, assim o teria exigido. David Ricardo escreveu a um amigo, em 1821: “Eu nunca aconselharia um governo a restaurar com paridade, uma moeda que estivesse depreciada em 30%.”¹. Frequentemente me pergunto o que haveria de diferente na história econômica do mundo se, durante as discussões e debates dos anos anteriores a 1925, um economista inglês que fosse se tivesse lembrado desta opinião de Ricardo.

De qualquer forma, a decisão infeliz que se tomou em 1925 tornou inevitável um prolongado processo de deflação. Este processo poderia ter tido algum êxito quanto à manutenção do padrão-ouro, caso se houvesse prolongado até um ponto em que uma boa parte dos salários tivesse sofrido considerável redução. Parece-me mesmo que a tentativa já estava bem próxima do sucesso quando, na crise mundial de 1931, a Grã-Bretanha a deixou de lado, abandonando também o, de tal modo, desacreditado padrão-ouro.

¹ Ricardo to Wheatley, 18 de setembro de 1821, reproduzido no livro *The Works of David Ricardo*, ed. Piero Sraffa, vol. 9, Cambridge, University Press, 1952, p. 73.

A “CURA” POLÍTICA DE KEYNES PARA O DESEMPREGO

O DESENVOLVIMENTO DAS IDEIAS DE KEYNES

Foi durante o período de amplo desemprego na Grã-Bretanha, período este que precedeu a crise econômica mundial de 1929-31, que John Maynard Keynes elaborou as suas ideias básicas. É importante notar que a evolução de seu pensamento econômico teve lugar num período em que seu país se encontrava numa posição muito excepcional, quase mesmo singular. Como resultado da grande valorização internacional da libra esterlina, os salários reais de praticamente todos os assalariados britânicos haviam se elevado substancialmente, em relação aos salários reais percebidos no resto do mundo. Como consequência, tornou-se impossível para a Grã-Bretanha concorrer, com sucesso, com outros países. Assim, para dar emprego aos desempregados, teria sido necessário ou reduzir praticamente *todos* os salários ou aumentar os preços em libra esterlina da maior parte dos produtos primários.

É possível identificar três fases bem distintas no desenvolvimento do pensamento de Keynes. A princípio ele reconheceu a necessidade de reduzir os salários reais. A seguir, concluiu que tal medida seria *politicamente* inviável. Depois, convenceu-se de que esta redução seria inútil e até mesmo nociva. O Keynes de 1919 ainda entendia que: “não há meio mais sutil nem mais seguro de subverter a ordem social do que o aviltamento da moeda. Trata-se de um processo que mobiliza todas as forças ocultas da lei econômica a favor da destruição, e o faz de maneira tal que em um milhão de pessoas não há uma só que seja capaz de fazer um diagnóstico².”

A avaliação política que Keynes fazia da situação o tornou o grande inflacionista, ou pelo menos o mais ávido antideflacionista dos anos 1930. Tenho, no entanto, boas razões para crer que ele desaprovava o que fizeram os seus seguidores no período de pós-guerra. Se não tivesse morrido tão cedo, teria sido, certamente, um dos líderes na luta contra a inflação.

² “The Economic Consequences of Feace”, in *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. 2, Londres, MacMillan for the Royal Economic Society, 1971, p. 144.

A “*IDEIA FATAL*”

Foi durante aquele malfadado período da história monetária inglesa, período em que Keynes se tornou o líder intelectual, que a ideia fatal deste economista ganhou aceitação geral. Para Keynes, o desemprego é decorrente sobretudo de uma demanda agregada que se mostra insuficiente em relação ao total de salários que seriam pagos se todos os assalariados estivessem empregados recebendo os salários vigentes.

Essa fórmula que considera o emprego como função direta da demanda total provou ser extraordinariamente efetiva, uma vez que, de alguma forma, era confirmada empiricamente por resultados de dados quantitativos. Por outro lado, explicações alternativas para o desemprego – que, aliás, me parecem corretas – não desfrutavam desta mesma confirmação. Os perigosos efeitos exercidos pela visão “cientificista” preconcebida sobre essa interpretação dos fatos constituem o tema da conferência que proferi, em Estocolmo, quando recebi o Prêmio Nobel (Parte II). Em suma, é extremamente curioso o fato de a teoria keynesiana ser falsa, muito embora – por ser a única passível de prova quantitativa –, possa ser confirmada pela estatística. No entanto, sua ampla aceitação decorre de uma explicação que antes era tida como verdadeira – e eu, aliás, ainda a aceito como verdadeira – mas que não pode, *por sua própria natureza*, ser avaliada estatisticamente.

A VERDADEIRA TEORIA DO DESEMPREGO

Uma explicação verdadeira, embora não comprovável, para o desemprego disseminado está na própria discrepância entre, de um lado, o modo como está distribuída a mão de obra, bem como os outros fatores de produção por entre as diferentes indústrias (e localidades) e, de outro, o modo como se distribui a demanda pelos bens originados por esta mão de obra. A discrepância, que é decorrente de uma distorção do sistema de preços relativos e de salários, somente poderá ser corrigida através da alteração das relações, ou seja, através do estabelecimento, em cada setor da economia, dos preços e dos salários que equalizarão oferta e demanda.

Em outras palavras, o desemprego é causado por um desvio do equilíbrio entre preços e salários. Por outro lado, o equilíbrio poderia existir caso houvesse um mercado livre e uma quantidade estável de dinheiro, no entanto, é impossível saber, de antemão, qual seria a estrutura de preços relativos e salários que tornaria possível o estabelecimento do equilíbrio. Por isso, é-nos também impossível dimensionar o desvio dos preços correntes em relação aos preços de equilíbrio que impossibilita o emprego de parte da oferta de mão de obra. Por outro lado, também não podemos demonstrar correlação estatística entre a distorção dos preços relativos e o volume de desemprego, no entanto, apesar de não nos ser possível medi-las, as causas do desemprego são evidentemente atuantes. A superstição corrente de que somente o mensurável é importante tem contribuído muito para desorientar os economistas e o mundo em geral.

A TEORIA DE KEYNES — UMA TENTAÇÃO PARA OS POLÍTICOS

O fato de a teoria keynesiana ter dado aos políticos oportunidades tentadoras foi provavelmente ainda mais importante do que o seu aspecto, então muito em voga, de método científico, aspecto este que a fez parecer tão atraente para os economistas profissionais. Esta teoria representava para os políticos não apenas um método barato e rápido de eliminar uma importante fonte de sofrimento humano, mas também um meio de se libertarem das duras restrições que os cerceavam quando objetivavam alcançar popularidade. De repente, medidas como gastar dinheiro e gerar déficits orçamentários passaram a ter uma conotação extremamente positiva. Argumentava-

se, com profunda convicção, que a expansão dos gastos públicos era totalmente meritória, uma vez, que propiciava a utilização de recursos até então ociosos, o que, além de nada custar à comunidade, trazia-lhe um ganho líquido.

Um resultado prático dessas crenças foi que, pouco a pouco, foram-se removendo todos os obstáculos que impediam as autoridades monetárias de emitirem cada vez maior quantidade de dinheiro. O acordo de Bretton Woods tentou colocar o ônus do ajustamento internacional exclusivamente sobre os países superavitários: obrigava-os à expansão, sem, todavia, exigir dos países deficitários a retratação. Lançou, assim, as bases de uma inflação mundial. Vale notar que, baseando esta iniciativa, havia um louvável propósito de assegurar taxas fixas de câmbio. Entretanto, quando a crítica da maioria dos economistas de espírito inflacionário conseguiu superar este último obstáculo à inflação nacional, nenhum freio efetivo sobrou, como ilustra, desde o final dos anos 1960, a experiência britânica.

TAXAS DE CÂMBIO FLUENTES, PLENO EMPREGO E MOEDA ESTÁVEL

Não se pode negar o fato de que a procura de taxas flexíveis de câmbio teve suas origens em países como a Grã-Bretanha, onde alguns economistas desejavam estabelecer uma margem mais larga para a expansão inflacionária, chamada “política de pleno emprego”. Mais tarde, eles, lamentavelmente, receberam apoio de outros economistas que, embora não fossem movidos pelo desejo de inflação, aparentemente minimizaram o argumento mais forte em favor das taxas fixas de câmbio, qual seja, o de que elas constituem um freio necessário e praticamente insubstituível para *compelir* os políticos, bem como as autoridades monetárias subordinadas a eles, a manterem estável a moeda.

A manutenção do valor do dinheiro e a decisão de evitar a inflação estão sempre exigindo que os políticos tomem medidas extremamente impopulares. Mostrar que o governo é compelido a tomar tais medidas é a única forma que os políticos encontram para justificá-las perante as pessoas que são negativamente afetadas por elas. Quando se tem a preservação do valor externo da moeda nacional como uma necessidade indiscutível – assim como são consideradas taxas fixas de câmbio –, os políticos podem resistir às constantes pressões em favor de créditos mais baratos, de maiores gastos em “obras públicas”, contra taxas de juros mais elevadas etc.. Quando se fixam as taxas cambiais, uma decorrente queda no valor internacional da moeda ou, então, uma saída

de ouro ou de reservas internacionais representam sinais para que haja uma pronta ação por parte do governo. Com taxas cambiais flexíveis, as consequências do aumento da quantidade de dinheiro sobre o nível interno de preços são demasiadamente lentas, não aparecendo, por isso, ostensivamente, nem permitindo inculpar aqueles que, em última instância, são os responsáveis pela situação. Além do mais, a inflação é geralmente precedida de uma bem recebida elevação no nível de emprego, o que pode mesmo fazê-la parecer desejável: seus efeitos nefastos não são visíveis senão mais tarde.

Fica, então, bastante fácil entender porque nações como a Alemanha – ela mesma sofrendo de visível inflação importada – hesitaram, no período de pós-guerra, diante da decisão de se destruir completamente o sistema de taxas fixas de câmbio: havia uma esperança de restringir o número de países demasiadamente propensos a uma situação inflacionária. As taxas de câmbio fixas pareceram, por algum tempo, suficientes para que se detivesse uma aceleração ainda maior do processo inflacionário. Agora, no entanto, quando o sistema de taxas cambiais fixas parece ter entrado em colapso total, e há poucas esperanças no sentido de que a autodisciplina possa induzir alguns países a se conterem, restam precárias razões para se aderir a um sistema que já não surte efeitos. Olhando para trás, pode-se mesmo indagar se, baseados numa esperança infundada, o Bundesbank da Alemanha ou o Swiss National Bank não esperaram demais para depois aumentarem muito pouco o valor das suas moedas. Apesar de tudo, a longo prazo, não creio que possamos recuperar um sistema de estabilidade internacional sem voltar a um sistema de taxas fixas de câmbio que seja capaz de impor aos bancos centrais a contenção essencial a uma bem sucedida resistência às pressões daqueles que defendem a inflação em seus países – e geralmente entre estes estão os ministros das finanças.

A INFLAÇÃO ACABA AUMENTANDO O DESEMPREGO

No entanto, por que todo esse medo da inflação? Não deveríamos tentar aprender a conviver com ela, como alguns países sul-americanos parecem ter feito, principalmente no caso de ela ser, como alguns acreditam, necessária para manter o pleno emprego? Se esta hipótese é verdadeira e se os danos decorrentes da inflação são apenas aqueles que muitos apregoam, é, então, o caso de considerarmos seriamente essa possibilidade de convívio.

POR QUE NÃO PODEMOS VIVER COM INFLAÇÃO

Há dois motivos para que não possamos conviver com a inflação. O primeiro reside no fato de que tal inflação, para atingir a meta desejada, teria que *acelerar-se* constantemente; ora, uma inflação em aceleração constante mais cedo ou mais tarde há de atingir um grau que tornará impossível qualquer ordem efetiva de uma economia de mercado. O segundo – e o mais importante – está na certeza de que, a longo prazo, essa inflação criará, inevitavelmente, um volume de desemprego muito *maior* do que aquele que pretendeu evitar.

O argumento, frequentemente apresentado, de que a inflação simplesmente gera uma *redistribuição* do produto social, enquanto o desemprego *reduz* este produto, representando, portanto, um mal maior, é falso porque é a *inflação que, na verdade, se torna causa de aumento do desemprego*.

EFEITOS NOCIVOS DA INFLAÇÃO

Não é, com certeza, meu intuito, subestimar os outros efeitos danosos da inflação. São muito piores do que podem imaginar aqueles que não passaram por um período de grande inflação: depois dos meus primeiros oito meses num emprego, meu salário era 200 vezes mais alto que o inicial. Estou realmente convencido de que uma administração tão incompetente da moeda só é tolerada porque ninguém dispõe de tempo ou energia, durante o período inflacionário, para organizar uma rebelião popular.

É preciso, no entanto, deixar claro que os efeitos experimentados por qualquer cidadão ainda não representam as piores consequências da inflação. Frequentemente as pessoas não se dão conta deste fato,

porque as *piores consequências somente aparecem quando a inflação acaba*. Faz-se necessário mostrar isto especialmente aos economistas, políticos e a outras pessoas que sempre citam como exemplo os países da América do Sul que, tendo vivido sob um regime inflacionário durante várias gerações, parecem ter aprendido a conviver com ele. Quando estes países são predominantemente agrícolas, os efeitos da inflação se limitam principalmente aos já mencionados. As consequências mais graves geradas pela inflação em mercados de trabalho de países industrializados são de menor importância na América do Sul.

Medidas tomadas em alguns desses países, particularmente no Brasil, no sentido de tentar, através de algum tipo de indexação, enfrentar os problemas da inflação, podem, na melhor das hipóteses, amenizar algumas de suas consequências, mas certamente não vão chegar a alterar suas principais causas ou seus efeitos mais nocivos. Estas medidas são inoperantes quanto à prevenção do maior dos danos que a inflação produz – a alocação inadequada da mão de obra, assunto, de que, agora, passo a tratar com maior profundidade.

ALOCÇÃO INADEQUADA DE MÃO DE OBRA

A inflação torna certos empregos *temporariamente* atraentes. Estes empregos, no entanto, certamente desaparecerão quando a inflação cessar ou mesmo quando deixar de acelerar-se tão rapidamente. Esta é uma consequência de a inflação (a) alterar o fluxo monetário entre os vários setores e estágios do processo produtivo e (b) criar a expectativa de um aumento ainda maior de preços.

Os que defendem uma política monetária de pleno emprego frequentemente o fazem como se um único aumento da demanda total pudesse ser suficiente para assegurar que se conseguirá manter o pleno emprego durante um período indefinido, mas razoavelmente longo. Este tipo de visão deixa de lado os efeitos inevitáveis dessa política, tanto sobre a distribuição da mão de obra entre as diferentes indústrias, como sobre a política salarial dos sindicatos.

Assim que o governo assume a responsabilidade pela manutenção do pleno emprego, respeitando quaisquer salários que os sindicatos tenham conseguido obter, não há mais porque levar em conta o desemprego, possivelmente causado pelas próprias reivindicações salariais sindicalistas. Neste tipo de situação, qualquer aumento de salário que exceda o aumento da produtividade tornará necessária, para que não redunde em desemprego, uma elevação na demanda total.

Assim, o aumento da quantidade de dinheiro que se fez necessário em função da alta dos salários torna-se um processo contínuo, que provoca constantes injeções de quantidades adicionais de dinheiro.

A oferta monetária adicional certamente acarretará alterações na intensidade da demanda por diversos tipos de bens e serviços. Estas alterações na demanda relativa, por sua vez, devem redundar em variações adicionais nos preços relativos, com as consequentes mudanças nas diretivas da produção e na alocação dos fatores de produção, inclusive da mão de obra. Não vou deter-me, aqui, nos outros fatores que levam os preços de diferentes bens – assim como as quantidades em que são produzidos – a reagirem de modos diferentes às alterações da demanda (como as elasticidades – a velocidade com a qual a oferta responde à demanda).

A conclusão mais importante que pretendo demonstrar é a de que quanto mais tempo durar a inflação, maior será o número de trabalhadores com empregos que dependerão de sua *continuação*, ou, muitas vezes até, de haver uma *aceleração* constante da taxa inflacionária. E isto não acontece porque estes trabalhadores não teriam encontrado emprego sem a inflação, mas porque a inflação os leva a empregos *temporariamente* atraentes, que tendem a desaparecer assim que haja a desaceleração ou o término do processo inflacionário.

AS CONSEQUÊNCIAS SÃO INEVITÁVEIS

Não podemos alimentar a ilusão de que é possível fugir às consequências dos erros cometidos. Qualquer esforço de preservar os empregos que a inflação tornou lucrativos redundaria numa completa destruição da ordem do mercado. Mais uma vez perdemos a oportunidade, no período posterior à guerra, de evitar, enquanto havia tempo, uma depressão, na verdade, o que temos feito é usar a emancipação que possuímos em relação a restrições institucionais, tais como, o padrão-ouro e as taxas fixas de câmbio, para agir de uma maneira nunca antes tão insensata.

No entanto, a impossibilidade de evitar o ressurgimento do desemprego em volume considerável não é decorrente de uma falha do “capitalismo” ou da economia de mercado, mas sim uma consequência exclusiva de nossos próprios erros – erros que poderiam ter sido evitados se tivéssemos recorrido à experiência passada e a todo o conhecimento que temos disponível. É preciso reconhecer que, lamentavelmente, as frustrações decorrentes de expectativas fundamentadas nestes erros podem levar a um grave

estado de inquietação social. Não está, porém, ao nosso alcance evitar que as coisas sejam assim. O perigo mais sério, agora, é o de que ainda ocorram tentativas – tão atraentes para os políticos – de postergar o malfadado dia, tornando, com isso, a longo prazo, a situação ainda pior. Confesso que há algum tempo venho querendo que a inevitável crise chegue logo. E espero, agora, o insucesso de todo e qualquer esforço no sentido de que o processo de expansão monetária tenha um pronto reinício, a fim de que sejamos forçados a optar por uma nova política.

DESEMPREGO TEMPORÁRIO, MAS NÃO EM MASSA

É necessário frisar que, embora eu veja como inevitável um período de alguns meses – talvez mesmo de mais de um ano – de desemprego em nível considerável, não acho que devamos esperar um outro longo período de desemprego em massa, como o que ocorreu na Grande Depressão dos anos 1930. Mas é preciso que não cometamos erros muito grosseiros em termo de política. Uma política sensata, que não repita os erros responsáveis pelo tanto que durou a Grande Depressão, pode estancar um processo em que nos encontramos.

Antes de tratar de qual deverá ser, futuramente, a política a ser adotada, é meu intuito colocar-me firmemente contra a interpretação distorcida que se faz a respeito do meu ponto de vista. Não que eu recomende o desemprego como meio de combate à inflação: meu aconselhamento parte do princípio de que só temos, no momento, duas alternativas – ou algum desemprego em um futuro próximo ou um desemprego muito maior em um futuro mais distante. São atitudes do tipo *après moi, le déluge* – tomadas por políticos que, preocupados com as próximas eleições, bem podem optar por maior desemprego mais tarde – que inspiram muito medo. Lamentavelmente, mesmo alguns comentaristas, como é o caso de redatores do *The Economist*, fazem uma argumentação neste sentido e sugerem “reflação”, quando o aumento na quantidade de dinheiro ainda prossegue.

O QUE PODE SER FEITO AGORA?

O PRIMEIRO PASSO

Atualmente, a necessidade mais premente é parar o aumento da quantidade de moeda – ou pelo menos reduzi-lo à taxa de crescimento real de produção – e isso dificilmente acontece em tempo útil. Não há, além do mais, vantagens decorrentes de uma desaceleração gradual – e, por motivos exclusivamente técnicos, é somente esta medida que nos resta.

Não é o caso, também, de concluir que não deveríamos procurar estancar uma real deflação que ameace instalar-se. A deflação não deve ser considerada como causa primeira de um declínio da atividade econômica. Apesar disso, é certo que a frustração das expectativas tende a provocar o processo deflacionário – fenômeno que, há mais de quarenta anos, chamei de “deflação secundária”³. Os efeitos deste processo deflacionário podem ser ainda piores – e nos anos 1930 foram, de fato, piores – do que os atribuíveis à causa primeira da reação. A deflação, além do mais, não leva ninguém a parte alguma.

Há 40 anos, é preciso dizer, minha argumentação era outra. Mudei, desde então, a minha opinião – não em relação à explicação teórica dos fatos, mas no que concerne às possibilidades práticas de se removerem os obstáculos ao funcionamento do sistema através da aceitação da deflação por algum tempo.

Naquela época, eu acreditava que, com um curto período de deflação, se pudesse modificar a rigidez dos salários – fenômeno que os economistas têm chamado, desde então, de “rigidez para baixo” –, ou a resistência à diminuição de alguns salários específicos. Isto abriria uma possibilidade de se restaurarem os salários relativos determinados pelo mercado, além de, aparentemente, ser uma condição indispensável ao funcionamento satisfatório do mecanismo de mercado. No entanto, já não me parece possível conseguir efeitos positivos a partir desta medida. Da época em que eu a defendia, já deveria ter-me conscientizado de que se perdera a última oportunidade quando o governo britânico abandonou, em 1931, exatamente quando parecia estar perto do sucesso, o esforço de diminuir os custos por meio da deflação.

³ Definido e discutido na Parte III, p. 40. Lembro-me de que a denominação era frequentemente usada no Seminário da London School of Economics, nos anos 1930.

EVITAR QUE A RECESSÃO DEGENERE EM DEPRESSÃO

Se eu fosse, hoje, responsável pela política monetária de um país, certamente tentaria de todas as maneiras possíveis evitar uma deflação iminente, ou seja, uma queda absoluta nos fluxos de renda. Além disso, deixaria bem claro o meu propósito de assim proceder. Por si só, esta medida provavelmente seria suficiente para evitar que a recessão se degenerasse numa depressão de longa duração.

A recuperação de um mercado no sentido de que ele volte a funcionar adequadamente, porém, ainda exige a reestruturação do complexo representado pelo sistema de preços relativos e salários, bem como uma readaptação à expectativa de preços estáveis, o que pressupõe muito maior flexibilidade em relação aos salários do que a que hoje existe, não ousar fazer uma previsão das probabilidades de que o mercado chegue à fixação dos salários relativos, nem mesmo posso prever quanto tempo este processo consumiria. Embora eu reconheça que uma redução *geral* de salários em moeda é politicamente inviável, tenho certeza de que o necessário ajustamento da estrutura de salários *relativos* pode e deve ser conseguido sem inflação, através, simplesmente, da redução do salário em moeda de alguns grupos de trabalhadores.

Se não quisermos ter uma visão imediatista da questão, não podemos, obviamente, tão logo ultrapássemos as primeiras dificuldades, nos deixar de novo levar por aquele método aparentemente barato e fácil de obter pleno emprego, qual seja, o de usar a pressão monetária para atingir a meta de ter o máximo de emprego que se pode conseguir a curto prazo.

O SONHO KEYNESIANO

O sonho keynesiano findou, muito embora seus fantasmas estejam, há várias décadas, como que dominando os políticos. Seria excelente – embora isto certamente signifique desejar demais – que a expressão “pleno emprego”, agora tão intimamente associada à política inflacionária, pudesse ser deixada de lado, ou que pelo menos estivesse sempre presente a lembrança de que ela foi o objetivo de economistas clássicos muito anteriores a Keynes. John Stuart Mill fala, em sua autobiografia, sobre como “o pleno emprego com altos salários”, na sua juventude, era tido como o principal *desideratum* da política econômica⁴.

⁴ J. S. Mill, *Autobiography and Other Writings*, ed. J. Stillinger, Boston, Houghton Mifflin, 1969.

OBJETIVO FUNDAMENTAL: DINHEIRO ESTÁVEL, E NÃO “PLENO EMPREGO” INSTÁVEL

É preciso ficar bem claro que nosso objetivo deve ser não o de chegar, em curto prazo, ao máximo de emprego que se possa atingir, mas sim o de um “elevado e estável (ou seja, *continuado*) nível de emprego”, como diz um dos *British White Papers* do tempo da guerras⁵ sobre políticas de emprego. É possível chegarmos a este objetivo, no entanto, simplesmente com o restabelecimento de um mercado capaz de funcionar de maneira apropriada: a livre ação dos preços e dos salários estabelece, para cada setor, a correspondência entre a oferta e a demanda.

A política monetária pode evitar consideráveis flutuações na quantidade de dinheiro ou no volume do fluxo de renda, mas o efeito que ela exerce sobre o emprego não deve constituir-se no fator predominante para seu estabelecimento: seu principal objetivo deve ser, ainda, a estabilidade do valor da moeda. As autoridades monetárias devem, portanto, estar efetivamente protegidas contra as pressões políticas que muitas vezes as têm, hoje em dia, forçado a tomar medidas que, sendo politicamente vantajosas a curto prazo, se mostram, a longo prazo, extremamente nocivas à comunidade.

DISCIPLINANDO AS AUTORIDADES MONETÁRIAS

Seria bom poder dividir com meu amigo Milton Friedman a confiança que tem no fato de que se poderiam evitar abusos de poder, por parte das autoridades monetárias para fins políticos, se se destituíssem estas autoridades de todo e qualquer poder discricionário, prescrevendo a soma de dinheiro que elas poderiam e deveriam, a cada ano, acrescentar ao meio circulante. Talvez ele considerasse isto viável porque, para efeitos estatísticos, ele acostumou-se a distinguir com precisão a linha divisória entre o que é e o que não é considerado dinheiro. Essa distinção, no entanto, não existe no mundo real.

Para garantir que tudo o que é quase-dinheiro possa ser convertido em dinheiro propriamente dito – o que se faz necessário para evitar pânico ou graves crises de liquidez –, estou certo de que é preciso que as autoridades monetárias tenham um certo *grau de arbítrio*. Concordo com Friedman, no entanto, quando diz que temos de tentar voltar a um sistema mais ou menos automático, se quisermos regular a quantidade de dinheiro dos tempos normais. As autoridades

⁵ *Employment Policy*, Cmd. 6527. Londres, HMSO, maio 1944, Prefácio.

monetárias deveriam ter neste princípio um objetivo, e não estar a ele amarradas por lei. O fato de que, num período de vinte e cinco anos, desde que entrou em vigor, houve por três vezes a necessidade de “suspensão” da Lei Bancária de 1844, de Sir Robert Peel, já deveria ter-nos provado isto de uma vez por todas.

Embora eu não seja tão otimista quanto o editor do *Times* de Londres, Mister William Rees-Mogg, que em sensacional artigo⁶ (agora num livro⁷) propõe a volta ao padrão-ouro, tal sugestão, vinda de fonte tão influente, faz-me sentir mais confiante no futuro. Aliás, eu até concordo com a ideia de que, entre os sistemas monetários viáveis, o padrão-ouro internacional seria o melhor, se fosse possível acreditar que os países mais importantes obedeceriam de fato às regras do jogo que se fazem necessárias para a preservação do sistema. No entanto, isso me parece muito pouco provável. Por outro lado, nenhum país pode, isoladamente, por si próprio, ter um padrão-ouro efetivo. O padrão-ouro, por ser, por sua própria natureza, um sistema internacional, somente pode funcionar como um sistema internacional.

É um grande passo, entretanto, em direção a uma volta à razão a afirmação que faz Mister Rees-Mogg no fim de seu livro: “deveríamos acabar com o compromisso de pleno emprego do *White Paper* de 1944, numa grande revolução política e econômica. Isso, até bem pouco tempo, parecia ser um preço muito alto a ser pago. Agora, sob nenhum aspecto mais parece sê-lo. Há pouca ou nenhuma possibilidade de que se consiga, na Grã-Bretanha ou no mundo, manter o pleno emprego com a atual inflação. A política inflacionária comprometia-se em chegar a um padrão de pleno emprego, mas a inflação acelerou-se a um ponto tal que se tornou impossível sua compatibilidade com o pleno emprego⁸”.

Igualmente encorajadoras são as palavras do ministro da Fazenda da Grã-Bretanha, Mister Denis Healey, quando afirma:

“É muito melhor que mais gente esteja trabalhando, mesmo *que isso signifique uma aceitação de salários em média mais baixos*, do que apenas aqueles que tiveram bastante sorte para manter seus empregos nadem em dinheiro, enquanto milhões de pessoas são obrigadas a viver da pensão estatal para desempregados⁹.” (Os grifos são meus.).

⁶ “Crisis of Paper Currencies: Has the Time Come for Britain to Return to the Gold Standard?” *Times*, Londres, 1 de maio de 1974.

⁷ William Rees-Mogg, *The Reigning Error: The Crisis of World Inflation*, Londres, Hannish Hamilton, 1974.

⁸ *Ibid.*, p. 112.

⁹ Discurso pronunciado no East Leeds Labour Club, segundo notícia publicada no *Times*, Londres, 11 de janeiro de 1975.

Parece que, justamente na Grã-Bretanha, país onde tantas doutrinas nocivas tiveram origem, está começando a haver uma guinada nas opiniões. Esperemos que isto se espalhe bem depressa pelo resto do mundo.

PARTE II

A FICÇÃO DO CONHECIMENTO

A ocasião toda especial em que esta conferência tem lugar, juntamente com o principal problema prático que, hoje, os economistas têm de enfrentar, tornaram quase inevitável a escolha do tema. Por um lado, a recente criação do Prêmio Nobel em Ciência Econômica dá um passo significativo para que se leve a opinião pública a conceder à Economia a dignidade e o prestígio das ciências físicas. Por outro lado, há, neste momento, um apelo no sentido de que os economistas procurem salvar o mundo livre, seriamente ameaçado pela inflação acelerada, criada – é preciso deixar claro – por políticas que muitos governos adotaram a partir de recomendações, às vezes insistentes, da maioria dos economistas. Restam-nos, agora, na verdade, poucos motivos de orgulho: enquanto profissionais, armamos um verdadeiro descabro.

A ATITUDE “CIENTIFICISTA”¹

A falha dos economistas no que concerne à orientação de políticas bem sucedidas relaciona-se, intimamente, com uma tendência a imitar, tanto quanto possível, práticas das ciências físicas que sempre lograram êxito, o que, em nosso campo profissional, pode levar diretamente ao erro. Este tipo de abordagem, que tem sido descrito como atitude “cientificista,” já foi, há cerca de trinta anos, por mim definida:

“É indiscutivelmente não científica no verdadeiro sentido da palavra, pois envolve uma aplicação mecânica e acrítica de hábitos de pensamento a campos diferentes daqueles em que foram concebidos.”²

Iniciaremos explicando como alguns dos mais graves erros da política econômica atual decorrem diretamente desse erro científico.

A teoria que tem orientado a política monetária e financeira dos últimos trinta anos – uma teoria que a meu ver emana de uma concepção distorcida do procedimento científico correto – baseia-se no pressuposto de que existe uma simples correlação positiva entre o emprego total e o nível de demanda agregada de bens e serviços. Isto induz, conseqüentemente, à crença de que é possível garantir sempre o pleno emprego através da manutenção dos gastos monetários totais num nível adequado. Aliás, entre as várias teorias existentes para explicar o amplo desemprego, esta é, provavelmente, a única que pode receber o apoio de palpáveis dados quantitativos. Contudo, além de considerá-la

¹ Os subtítulos foram inseridos com o propósito de ajudar os leitores – especialmente que não estão familiarizados com os trabalhos do professor Hayek –, a acompanharem a argumentação; não fazem parte da conferência original – E.D.

² “Scientism and the Study of Society”, *Economica*, agosto de 1942, reproduzido em *The Counter-Revolution of Science*. Glencoe, Free Press, 1952, p. 15.

fundamentalmente falsa, estou certo de que as medidas que ela inspira, como atualmente já podemos constatar, são extremamente prejudiciais.

Chegamos ao ponto crucial: a diferença entre a Economia e as Ciências Físicas. Em Economia – e em outras disciplinas que lidam com o que chamo de fenômenos “essencialmente complexos” – podemos conseguir dados quantitativos para apenas alguns aspectos dos fatos que devem ser explicados. Além disso, esse número necessariamente limitado de aspectos quantificáveis talvez não inclua os aspectos mais importantes, nas ciências físicas geralmente supõe-se, provavelmente com base em boas razões, que qualquer fator importante na determinação dos fatos observados poderá ser, ele mesmo, diretamente observado e mensurado. Quando se trata de um estudo de fenômenos “essencialmente complexos” – como é o caso do mercado, que depende das ações de diversos indivíduos – *difficilmente se poderão conhecer a fundo ou mesmo dimensionar* todas as circunstâncias que determinam o resultado de um processo. Mais adiante explicarei os motivos que me levam a esta afirmação. Assim, enquanto nas ciências físicas o pesquisador pode medir, na base de uma teoria a *prima facie*, aquilo que ele julga ser importante, nas ciências sociais passa a ser importante aquilo que pode ser medido. Este modo de pensar é algumas vezes levado a tal ponto que alguns afirmam que nossas teorias devem ser formuladas de tal maneira que só se relacionem a grandezas mensuráveis.

Essa condição – não se pode negar – limita arbitrariamente os fatores que podem ser admitidos como causas possíveis de acontecimentos no mundo real. Por outro lado, são bastante paradoxais as consequências desta maneira de encarar os fatos que, aliás, é frequentemente – e com muita ingenuidade – considerada uma exigência do proceder científico. É óbvio que existem, em relação ao mercado e a outras estruturas sociais similares, muitos fatos que não podemos medir e sobre os quais temos, na verdade, apenas algumas informações muito imprecisas e genéricas. Como os efeitos desses fatos não são passíveis de confirmação através de provas quantitativas em um momento específico qualquer, eles são simplesmente ignorados por aqueles que se comprometeram a aceitar apenas aquilo que lhes parecesse ser evidência científica. E, assim, eles vão em frente, na ilusão de que os fatos que podem ser medidos são os únicos que têm relevância.

A correlação entre a demanda agregada e o emprego total, por exemplo, apenas pode ser aproximada; no entanto, como é a *única* sobre a qual há informações quantitativas, passa a ser considerada a única causa importante para a relação. A partir daí o que se pode ter é uma ótima evidência “científica” para uma falsa teoria. E esta será

aceita porque parece mais “científica” que uma teoria que, embora tendo uma explicação válida, é rejeitada simplesmente por não haver evidências quantitativas suficientes para embasá-la.

A PRINCIPAL CAUSA DO DESEMPREGO

Para ilustrar essas observações, farei um breve relato a respeito daquilo que a meu ver é a verdadeira causa de um amplo desemprego. Através deste relato vamos também explicar por que as políticas inflacionárias recomendadas pela teoria agora em moda nunca conseguem sanar permanentemente este desemprego. A explicação correta está, certamente, na existência de considerável discrepância entre, de um lado, a distribuição da demanda entre os diferentes bens e serviços, e, de outro, a alocação da mão de obra e de outros recursos entre a produção destes bens. Dispomos de um conhecimento qualitativo razoável sobre as forças pelas quais se dá a correspondência entre demanda e oferta nos vários setores do sistema econômico, sobre as condições sob as quais esta correspondência passa a existir e sobre os fatores que podem impedir o ajustamento. Os passos específicos na descrição desse processo se baseiam em fatos da experiência diária, e poucos dos que acompanham a argumentação questionarão a validade das assunções factuais ou a correção lógica das conclusões subsequentes. Temos boas razões para acreditar que o desemprego revela não só uma distorção da estrutura de preços *relativos* e salários – e esta distorção geralmente se dá por causa de uma fixação de preços de caráter monopolístico ou governamental –, mas também que, para restaurar a igualdade entre demanda e oferta de mão de obra em todos os setores, far-se-ão necessárias, além de alterações nos preços relativos e salários, algumas transferências de mão de obra.

Mas, quando somos instados a apresentar evidência quantitativa da estrutura de preços e salários, evidência que se faz necessária para assegurar uma venda contínua e fluida dos produtos e serviços oferecidos, somos obrigados a admitir que não dispomos desse tipo de informação. Em outras palavras, conhecemos as condições gerais para que se dê aquilo a que chamamos, inadequadamente, de “equilíbrio”, mas falta-nos conhecer os preços e salários que existiriam se o próprio mercado gerasse tal equilíbrio. Podemos apenas apontar as condições sob as quais é possível esperar que o mercado estabeleça preços e salários, em um nível tal, que demanda e oferta se igualem. Mas nunca poderemos dar qualquer informação estatística que indique o grau de desvio entre os preços e salários atuais e aqueles que garantiriam haver uma venda contínua da oferta corrente de mão de obra. Esta descrição das causas do desemprego é uma teoria empírica:

é possível provar que ela é falsa, se, por exemplo, uma constante injeção de dinheiro e um aumento geral de salários não redundarem em desemprego. Por outro lado, não se trata, certamente, do tipo de teoria que poderíamos usar para obter previsões numéricas específicas do que se poderia esperar em relação aos valores dos salários ou à distribuição da mão de obra.

Por que motivo deveríamos, entretanto, no campo da Economia, permanecer confessadamente ignorantes em relação a certos tipos de fatos quando, se fosse o caso de uma teoria física, o cientista seguramente procuraria dar informações precisas? (Não surpreende que pessoas impressionadas com o exemplo das ciências físicas considerem essa posição muito insatisfatória e insistam nos tipos de teste utilizados por aqueles ramos do conhecimento.) O motivo para que seja assim se atem, como já disse, ao fato de que as ciências sociais, assim como uma boa parte das ciências biológicas, mas diferentemente da maior parte das ciências físicas, têm de lidar com estruturas de complexidade essencial, ou seja, com estruturas cujas propriedades características podem ser representadas apenas por modelos constituídos por uma quantidade relativamente grande de variáveis. A concorrência, por exemplo, é um processo que só terá algum resultado se envolver um número bastante *elevado* de concorrentes.

Em alguns estudos, especialmente quando problemas desse tipo surgem nas ciências físicas, as dificuldades podem ser superadas pelo uso, não de informação específica sobre elementos distintos, mas sobre dados concernentes à frequência relativa ou à probabilidade de ocorrência das diferentes propriedades distintivas dos elementos. Mas, para tanto, é necessário que só esteja em jogo o que o Doutor Warren Weaver denomina, com admirável precisão, “fenômenos de complexidade inorganizada”, em contraposição aos “fenômenos de complexidade organizada”, com os quais temos de operar nas ciências sociais³. Complexidade organizada, neste contexto, significa que as estruturas que geram estes fenômenos se caracterizam por dependerem não apenas das propriedades dos elementos distintos que as compõem, ou da frequência relativa com que ocorrem, mas também da maneira pela qual seus elementos distintos se interconectam. Assim sendo, ao explicar o funcionamento de tais estruturas, não podemos substituir as informações sobre os elementos distintos por informações estatísticas. São-nos necessárias informações completas sobre cada elemento, se a partir da nossa teoria quisermos fazer previsões

³ Warren Weaver, “A Quarter Century in the Natural Sciences”, *The Rockefeller Foundation Annual Report* (New York, 1958), capítulo 1: “Science and Complexity”.

específicas a respeito de fatos particulares. Sem essas informações específicas sobre os elementos distintos, não teremos mais que meras “previsões de padrão” – como as denominei em outra ocasião – ou seja, apenas previsões de alguns dos atributos gerais das estruturas que se formarão, destituídas de quaisquer afirmações específicas sobre os elementos distintos que constituirão estas estruturas⁴.

Isso se aplica, particularmente, às nossas teorias referentes à determinação dos sistemas de preços relativos e salários que se vão formar a si mesmos num mercado que tenha um bom funcionamento. No estabelecimento desses preços e salários entrarão os efeitos de informações particulares disponíveis a qualquer um dos participantes das atividades do mercado, numa soma de fatos que, em sua totalidade, o observador científico ou qualquer outro cérebro isolado jamais poderia apreender. A causa da superioridade da ordem de mercado – e a verdadeira razão pela qual esta ordem se superpõe sistematicamente a outros tipos de ordem, desde que ela não seja posta de lado pelos poderes do governo – reside, na verdade, na decorrente alocação de recursos. Para tal, ela usa o conhecimento sobre fatos particulares, conhecimento este que se dispersa entre incontável número de pessoas – numa quantidade tal que é impossível a um único indivíduo – qualquer que ele seja – jamais armazenar. Mas, como nós, cientistas observadores, nunca poderemos *conhecer* todas as determinantes dessa ordem – e, conseqüentemente, nunca poderemos saber em que estrutura específica de preços e salários se daria a igualdade de oferta e demanda no mercado em geral – ficamos também sem poder medir os desvios daquela mesma ordem. Não podemos, da mesma forma, testar estatisticamente a nossa teoria de que são os desvios existentes a partir daquele sistema de “equilíbrio” de preços e salários que às vezes tornam impossível a venda de certos bens e serviços pelos preços de oferta.

O MÉTODO MATEMÁTICO EM ECONOMIA: USOS E LIMITAÇÕES

Antes de analisar os efeitos que todos os fatores de que aqui tratamos exercem sobre as políticas de emprego atualmente adotadas, seria interessante definir mais especificamente as limitações inerentes ao nosso conhecimento numérico, às quais, frequentemente, não se dá muito valor. Desejo fazê-lo para não dar a impressão de que rejeito

⁴ Ver meu ensaio, “The Theory of Complex Phenomena”, *The Critical Approach to Science and Philosophy: Essays in Honor of K. R. Popper*, ed. M. Bunge (New York, 1964). Reproduzido (com adições) no meu *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. (Chicago, University of Chicago Press; Londres, Routledge & Kegan Paul, 1967).

genericamente o método matemático em economia. Uma das grandes vantagens da técnica matemática está, sem dúvida, na possibilidade que nos oferece de descrever, por meio de equações algébricas, as características gerais de um padrão, mesmo quando ignoramos os valores numéricos que determinam a sua manifestação individual. Sem este recurso algébrico, dificilmente teríamos conseguido aquela visão tão abrangente das *interdependências mútuas* dos diferentes fatores de um mercado. Acontece que esta técnica faz algumas pessoas imaginarem que podem usá-las para determinar e prever os *valores numéricos* daquelas grandezas, o que tem gerado uma busca inútil de constantes quantitativas ou numéricas.

Isso ocorre muito embora os fundadores modernos da matemática econômica não tenham ilusões deste tipo. É verdade que os seus sistemas de equações para descrever o padrão de um equilíbrio de mercado são montados de tal forma que, *se* fôssemos capazes de preencher todos os espaços em branco das fórmulas abstratas, ou seja, se conhecêssemos todos os parâmetros daquelas equações, nós poderíamos calcular os preços e as quantidades de todos os produtos básicos e serviços vendidos. Mas, segundo Vilfredo Pareto, que foi um dos fundadores dessa teoria, a finalidade não pode ser “chegar ao cálculo numérico de preços” porque seria “absurdo” supor que se poderiam averiguar todos os dados⁵. O ponto principal, na verdade, já havia sido detectado por aqueles notáveis antecessores da economia moderna, os espanhóis escolásticos do século XVI, quando afirmavam que aquilo a que chamaram de *pretium mathematicum* – preço matemático – dependia de uma tal quantidade de circunstâncias particulares, que jamais seria conhecido dos homens, somente de Deus⁶.

Algumas vezes penso que seria bom que isto calasse no fundo do coração de nossos economistas matemáticos. Devo confessar que ainda duvido que sua busca de grandezas mensuráveis tenha resultado em contribuições significativas para a nossa *compreensão teórica* dos fenômenos econômicos, se entendemos esta compreensão como algo diferente de uma *descrição* de situações particulares. Por outro lado, não posso, também, aceitar a desculpa de que esse campo de pesquisa ainda é muito novo: Sir William Petty, o fundador da econometria, foi afinal de contas como que um colega “sênior” de Sir Isaac Newton no “Royal Society”!

⁵ V. Pareto, *Manuel d'économie politique*, 2d ed. Paris, 1927, pp. 223-24.

⁶ Ver, por exemplo, Luis Molina, *De Justitia et Jure*, tom. II (Colônia, 1596-1600), disp. 347 n.º 3; e especialmente Johannes de Lugo, *Disputationum de Justitia et Jure*, tom. II (Lyon, 1642), disp. 26, sect. 4, n.º 40.

Deve, talvez, haver poucos exemplos de danos reais produzidos no campo da economia por se acreditar que apenas grandezas mensuráveis podem ser importantes. No entanto, um exemplo extremamente grave, atualmente, é o problema da inflação e do desemprego. A maioria dos economistas de orientação cientificista ignora aquela que, geralmente, é a verdadeira causa de desemprego abrangente, pelo simples fato de que não se pode, através de relações diretamente observáveis entre grandezas mensuráveis, confirmar a ação desta causa. Ao contrário, dedica-se uma atenção praticamente exclusiva a fenômenos superficiais passíveis de mensuração quantitativa, o que induz a uma política que tem tornado a situação cada vez mais grave. É preciso reconhecer que o tipo de teoria que, a meu ver, apresenta a verdadeira explicação para o desemprego tem suas limitações, uma vez que não nos permite mais que fazer previsões gerais sobre as espécies de fatos que podemos esperar numa dada situação. Seus efeitos sobre a política que norteia realizações mais ambiciosas não têm sido muito positivos. Devo dizer que prefiro o conhecimento imperfeito, mas verdadeiro – mesmo que ele traga, necessariamente, considerável dose de indeterminação e de incapacidade de previsão – a um pretenso conhecimento exato, mas provavelmente falso. A credibilidade destas teorias aparentemente simples – que, na verdade, são falsas – pode acarretar, na medida em que elas parecem se enquadrar nos padrões científicos reconhecidos, como o exemplo atual nos mostra, consequências muito graves.

De fato, no caso em questão – o desemprego – a própria medida que a teoria “macroeconômica” dominante tem recomendado como remédio, qual seja, o aumento da demanda agregada, tornou-se causa de uma generalizada má alocação de recursos, o que certamente no futuro vai tornar inevitável o desemprego em grande escala. A injeção contínua de quantidades adicionais de dinheiro no sistema econômico gera, em alguns pontos, uma demanda temporária – uma demanda que tende a desaparecer quando o aumento da quantidade de dinheiro para ou se desacelera. Além disso, a expectativa de um contínuo aumento de preços dirige a mão de obra e outros recursos para empregos que vão durar apenas enquanto se mantiver no mesmo nível a expansão da quantidade de dinheiro, ou talvez apenas enquanto a aceleração puder manter um determinado ritmo.

Essa política, entretanto, não tem produzido empregos em um nível tão elevado que não pudesse ser atingido de outros modos; produz, sim, uma distribuição do emprego impossível de ser mantida indefinidamente. Esta distribuição, passado algum tempo, só poderá ser preservada se houver uma taxa de inflação tal, que logo levaria toda a atividade econômica à desorganização. Em decorrência de uma visão

teórica errônea, temos sido levados a uma situação precária, que não nos permite evitar o reaparecimento de um desemprego substancial. E isto não acontece porque o desemprego seja deliberadamente gerado como instrumento de combate à inflação – como, algumas vezes, equivocadamente, se interpreta que seja minha posição –, mas porque, tão logo cesse a aceleração do processo inflacionário, ele passa a ser uma triste, mas inexorável consequência de políticas anteriores equivocadas.

Eu trouxe à tona esses problemas, de importância prática imediata, principalmente para mostrar quais podem ser as consequências de erros que envolvem problemas abstratos da filosofia da ciência. Há muitas razões para ficarmos apreensivos em relação às consequências, a longo prazo, dos perigos que uma aceitação acrítica de pressupostos que *parecem* científicos semeiam em campo fértil.

QUANDO A CIÊNCIA NÃO É CIENTIFICA

Meu principal intuito foi demonstrar, através de exemplos localizados, que – em relação aos assuntos de minha área e, de forma mais, geral, aos de todas as ciências humanas – certos procedimentos, aparentemente muito científicos, são, frequentemente, os que, na verdade, têm o menor grau de cientificidade. Além disso, nessas outras atividades há limites definitivos com relação ao que se espera que a ciência possa realizar. Confiar à ciência – ou à possibilidade de deliberadamente se exercer qualquer controle baseado em princípios científicos – mais do que o método científico pode conseguir, certamente acarretará efeitos deploráveis. É verdade, todavia, que atualmente o progresso das ciências naturais tem em tal ponto excedido as expectativas, que qualquer alusão à existência de limites às suas possibilidades corre o risco de ficar sob suspeita.

Este modo de ver os fatos vai encontrar resistência especialmente por parte daqueles que alimentavam a esperança de que nosso crescente poder de previsão e controle – geralmente atribuído ao avanço científico –, quando aplicado a processos sociais, tornaria possível moldarmos a sociedade de acordo com o nosso gosto. É certamente verdade que, ao contrário das descobertas das ciências físicas, que tendem a provocar muito entusiasmo, as ideias que formamos a partir do estudo da sociedade têm, na maior parte das vezes, produzido um efeito deletério em nossas aspirações. Não surpreende, por outro lado, que os nossos mais jovens e impetuosos colegas de profissão nem sempre estejam preparados para aceitar essa verdade, não obstante, a confiança no poder ilimitado da ciência frequentemente se baseia na falsa crença de que o método científico consiste na aplicação de uma

técnica “pré-fabricada”, ou na simples imitação da forma – e não da substância – do processo científico, como se alguém precisasse seguir as receitas de um manual de culinária para resolver todos os problemas sociais. Às vezes, parece mais fácil aprender *técnicas* científicas do que usar os processos de raciocínio que nos podem mostrar quais são os problemas e como abordá-los.

O conflito entre o que o público – em seu estado atual de espírito – espera da ciência quanto à satisfação dos seus próprios anseios e o que ela pode realmente oferecer é uma questão muito séria. Mesmo que todos os verdadeiros cientistas reconhecessem as limitações do que são capazes de fazer no campo das ciências humanas, enquanto houver esperanças da parte do público, sempre haverá quem finja – ou talvez mesmo quem acredite honestamente – que pode fazer anseios populares, mais do que efetivamente pode. Até mesmo para especialistas é muitas vezes difícil – e é certamente impossível para o leigo, em muitas ocasiões – distinguir entre pretensões justificáveis e injustificáveis, levantadas em nome da ciência. Por exemplo, os mesmos meios de comunicação que deram enorme publicidade a um relatório que em nome da ciência, tratava dos limites do crescimento, silenciaram totalmente quanto à crítica devastadora feita por especialistas competentes a este relatório⁷. Este exemplo nos faz ficar bastante apreensivos quanto ao que se pode fazer em nome do prestígio da ciência.

Por outro lado não é, de modo algum, apenas na economia que se fazem ousadas reivindicações no sentido de haver um cada vez maior direcionamento científico para todas as atividades humanas, ou que se procuram substituir processos espontâneos por “controle humano consciente”. Se não estou enganado, os campos da psicologia, psiquiatria, alguns ramos da sociologia, além da chamada filosofia da história, são – até mais que a economia – afetados não só por aquilo a que tenho chamado de parcialismo cientificista como também por expectativas espúrias com relação ao que a ciência pode proporcionar⁸.

Se quisermos preservar a reputação da ciência e evitar esta distorção que quer fazer o conhecimento parecer verdadeiro a partir de uma semelhança meramente superficial com o procedimento das ciências físicas, será preciso muito esforço para que cheguemos

⁷ D. L. Meadows and D. H. Meadows eds. etc..

⁸ Em relação a exemplos destas tendências em outras áreas do conhecimento, ver meu discurso de posse no cargo de Professor-visitante na Universidade de Salzburg, *Die Irrtümer des Konstruktivismus und die Grundlagen legitimer Kritik gesellschaftlicher Gebilde* (Munique, 1970), agora reeditado para o Instituto Walter Eucken em Freiburg in Breisgau (Tubingen, J.C. B. Mohr, 1975).

a desmascarar essas apropriações indébitas da ciência, algumas das quais já se tornaram direitos adquiridos de reputados departamentos universitários, não podemos ser suficientemente gratos a alguns modernos filósofos da ciência, como é o caso de Sir Karl Popper, por nos terem legado um “teste” para a distinção entre o que pode e o que não pode ser aceito como científico – teste este pelo qual não passariam algumas doutrinas hoje amplamente aceitas como científicas.

Os fenômenos essencialmente complexos – como são as estruturas sociais – apresentam, porém, problemas específicos que me levam a reformular em termos mais gerais não só as razões pelas quais é maior, para esses campos, o número de obstáculos intransponíveis quando se deseja prever determinados acontecimentos, mas também os motivos que nos levam a agir como se tivéssemos conhecimento científico suficiente para superar tais obstáculos, atitude que dificulta em muito o avanço do intelecto humano.

OBSTÁCULOS À PREVISÃO

O mais importante é lembrar que o amplo e rápido desenvolvimento das ciências físicas teve lugar em certas áreas que permitiam basear as explicações e as previsões em leis relacionadas aos fenômenos observados como funções de relativamente poucas variáveis – ou fatos singulares, ou acontecimentos de frequência relativa. Pode-se mesmo considerar que esta seja a razão primordial de distinguirmos esses ramos do conhecimento rotulando-os de “físicos”, ao contrário daqueles que se prendem a estruturas muito mais organizadas, denominadas, aqui, “essencialmente complexas”. Não há razão para que se considerem da mesma forma as duas situações. As dificuldades que encontramos quando lidamos com fenômenos essencialmente complexos não se ligam, como se poderia imediatamente pensar, à formulação de teorias capazes de explicar os acontecimentos observados, muito embora os fenômenos essencialmente complexos acarretem dificuldades especiais em testar as explicações propostas e, conseqüentemente, em afastar as más teorias. O principal problema que surge quando aplicamos nossas teorias a qualquer situação específica do mundo real é o de que uma teoria a respeito de fenômenos essencialmente complexos deve fundamentar-se em um *grande* número de fatos particulares. Estes devem, antes de ser base de previsões ou objetos de testes, passar, todos, por severa averiguação.

Se for possível arregimentar este grande número de fatos particulares, não deverá, em princípio, haver dificuldade especial na obtenção de previsões passíveis de prova. Com o auxílio de

computadores modernos, deve ser muito fácil inserir esses dados nos espaços em branco das fórmulas teóricas, para obter previsões. A dificuldade real, no entanto, consiste na averiguação dos fatos particulares. Para este problema a ciência tem *poucas* soluções a oferecer; às vezes ele é mesmo *insolúvel*.

Basta um exemplo muito simples para mostrar qual é, de fato, a natureza da dificuldade. Consideremos uma partida de futebol disputada por algumas poucas pessoas de habilidades muito semelhantes. Se, além do nosso conhecimento geral das habilidades individuais dos jogadores, pudéssemos conhecer uns poucos dados particulares, tais como o grau de atenção de cada um, sua capacidade de percepção, bem como suas condições cardíacas, pulmonar, muscular etc., a cada momento da disputa, poderíamos provavelmente prever o resultado do jogo. Na verdade, se temos muita familiaridade com o jogo e com as equipes, temos, certamente, uma boa visão dos fatores que determinam o resultado. Mesmo assim, é logicamente impossível para nós averiguarmos todos os dados particulares de que falamos. Assim o resultado do jogo fica fora do alcance daquilo que é cientificamente previsível, apesar do muito que podemos saber sobre os efeitos que certos acontecimentos podem exercer no resultado do jogo. Isso não significa porém, que não possamos fazer qualquer previsão sobre o curso do jogo. Se conhecemos as regras de diferentes jogos, ao observar um destes jogos, podemos, imediatamente, dizer qual é ele e que tipos de jogadas podemos ou não esperar que os jogadores façam. Mas nossa capacidade de prever estará sempre restrita a estas características *gerais* dos acontecimentos possíveis: não poderemos prever particularidades de acontecimentos únicos.

Essa explicação corresponde ao que antes chamei de simples previsão de padrões. A eles vamo-nos prendendo cada vez mais à medida que vamos saindo de áreas onde predominam leis relativamente simples, e nos adentrando na classe de fenômenos caracterizados por regras de complexidade organizada. Quanto mais avançamos nessa direção, maior é a frequência com que pensamos poder efetivamente verificar algumas – mas não todas – circunstâncias que determinam o resultado de um dado processo. Consequentemente, tornamo-nos capazes de prever alguns – mas não todos – elementos que constituem o resultado que, para nós, deve ser esperado. Muitas vezes, no entanto, não é possível prever mais que uma outra característica abstrata do padrão que irá emergir, como as relações entre tipos de elementos, sobre cada um dos quais, particularmente, muito pouco sabemos. Apesar de tudo isso – e quero voltar a frisar este ponto – ainda é possível obtermos previsões que, tendo sido falsificadas, satisfazem o teste de significância empírica de Popper.

É claro que estas simples previsões de padrões, comparadas com o tipo de previsão precisa que aprendemos a esperar no campo das ciências físicas, se apresentam como uma alternativa de segunda categoria. Mas o perigo contra o qual desejo advertir está precisamente na crença de que é preciso conseguir cada vez mais, para reivindicar reconhecimento como ciência. É este o caminho do charlatanismo, ou de coisa pior. Ações baseadas na crença de que possuímos conhecimento e poder tais, que nos permitem moldar os processos sociais inteiramente de acordo com nossa vontade – conhecimento e poder que, na realidade, não possuímos –, provavelmente nos levarão a fazer muito mal.

O PODER DE COERÇÃO PODE OBSTRUIR AS FORÇAS ESPONTÂNEAS

Quando se trata de ciências físicas, há poucas objeções à tentativa de fazer o impossível. Algumas vezes sentimos até que não devemos desencorajar pessoas superconfiantes, uma vez que suas experiências podem, no fim das contas, trazer novas ideias. Mas ciências sociais, no entanto, o equívoco no sentido de que o exercício de algum poder teria necessariamente consequências benéficas poderia levar à concessão, a alguma autoridade, de um novo poder que talvez fosse usado para coagir. Este poder talvez não seja mau em si mesmo, mas seu exercício pode vir a obstruir o funcionamento daquelas forças espontâneas ordenadoras que, efetivamente, tanto ajudam os homens na persecução de seus ideais, mesmo que eles não consigam entendê-las.

Já se pode começar a perceber como é sutil o sistema de comunicação no qual se baseia o funcionamento de uma sociedade industrial desenvolvida. Este sistema de comunicação, que chamamos de mercado, vem a ser um mecanismo de condensação de informações dispersas mais eficiente que qualquer outro deliberadamente concebido pelo homem para o mesmo fim.

Se o que os homens pretendem é causar menos danos que benefícios através de seus esforços no sentido de aperfeiçoar a ordem social, eles terão de aprender que neste campo – assim como em outros em que predomina a complexidade essencial do tipo organizado – *não é possível chegar ao conhecimento pleno que viabilizaria o domínio dos acontecimentos*. Terão, portanto, de usar o conhecimento que puderem conseguir, não para moldar resultados, como um artesão em seu trabalho manual, mas para cultivar o crescimento através da preparação de um ambiente apropriado, tal como faz o jardineiro com as suas plantas.

É muito perigosa a sensação exuberante do poder sempre crescente que, engendrada pelo avanço das ciências físicas, incentiva o homem a tentar, “inebriado com o sucesso” – para usar uma expressão característica dos primórdios do comunismo – submeter tudo o que o cerca, meio ambiente e também seres humanos, ao controle de sua vontade pessoal. O reconhecimento dos limites insuperáveis do seu conhecimento deveria ser, para aquele que estuda a sociedade, uma lição de humildade tal, que ele desejasse manter-se longe de qualquer eventual cumplicidade com o esforço fatal do homem no sentido descontrolar a sociedade – esforço que não apenas faz do homem um tirano de seus concidadãos, mas também pode levá-lo a destruir uma civilização que não foi engendrada por cérebro algum: uma civilização que tem medrado como resultado dos esforços livres de milhões de indivíduos.

PARTE III

DESEMPREGO: CONSEQUÊNCIA
INEVITÁVEL DA INFLAÇÃO

O primeiro dever de qualquer economista que mereça este nome parece-me ser o de acentuar, em todas as oportunidades, o fato de que o desemprego de hoje é a consequência direta e inevitável das chamadas políticas de pleno emprego que, nos últimos vinte e cinco anos, vêm sendo seguidas. Muita gente ainda acredita equivocadamente que um aumento da demanda agregada eliminará, por algum tempo, o desemprego. Esta solução para o desemprego, muito embora, no mais das vezes, seja bastante eficiente a curto prazo, longe de ter efeitos positivos, vai gerar, mais tarde, um desemprego muito maior. E só a compreensão deste fato pode impedir o público de exercer uma pressão irresistível para retomar a inflação assim que o desemprego for aumentando consideravelmente.

Compreender essa verdade básica significa reconhecer que a maioria dos economistas – cujos conselhos, durante este período, têm sido seguidos por governos em toda parte, na Grã-Bretanha e no resto do mundo ocidental – caíram no mais completo descrédito e deveriam mesmo penitenciar-se de todas as maneiras pelo que fizeram. Aquilo que foi, durante quase trinta anos, uma ortodoxia praticamente inquestionável, passou hoje, a ser uma teoria completamente desacreditada. A crise econômica constituiu-se em amarga derrota também para a economia, no que concerne à sua autoridade – ou pelo menos assinala o colapso, que há muito tempo já deveria ter ocorrido, do modismo da doutrina keynesiana, que dominou a opinião de toda uma geração. Não tenho dúvidas de que, para podermos ter esperanças de voltar a uma estabilidade razoável – para não dizer a uma prosperidade duradoura –, temos que exorcizar o “demônio” keynesiano. Não me refiro tanto ao que John Maynard Keynes, ele mesmo, pensou – porque em Keynes, como em Marx, se pode encontrar quase tudo –, mas aos ensinamentos daqueles keynesianos que, conforme a Professora Joan Robinson escreveu recentemente “algumas vezes tiveram dificuldade em fazer com que Maynard percebesse qual era, na verdade, o ponto crucial da sua própria revolução”¹.

KEYNES CONFIRMOU A CRENÇA DO SETOR EMPRESARIAL NA DEMANDA ELEVADA

A conquista das opiniões pela doutrina keynesiana decorre, principalmente, do fato de o seu argumento se coadunar com a velha crença dos homens de negócio de que a prosperidade depende da

¹ Joan Robinson, “What Has Become of the Keynesian Revolution?” em *Essays on John Maynard Keynes*, ed. Milo Keynes (Cambridge: At the University Press, 1975), p. 125.

demanda do consumidor. Essa conclusão, plausível mas errônea, emanou da experiência vivida pelo próprio Keynes no setor empresarial: a prosperidade geral poderia ser preservada com a manutenção de um alto nível de demanda geral. Esse conceito, que vinha sendo, durante gerações, rejeitado pela teoria econômica, tornou-se; graças a Keynes, subitamente respeitado outra vez. Assim, desde os anos 1930 toda uma geração de economistas formados a partir dos ensinamentos da escola keynesiana veem esta ideia como uma demonstração de óbvio bom senso. Consequentemente, por um quarto de século, todos os métodos disponíveis capazes de provocar a expansão dos gastos monetários vêm sendo sistematicamente empregados. Isto, a curto prazo, gera emprego adicional, mas provoca, simultaneamente, um mau direcionamento da mão de obra e, em última instância, o amplo desemprego.

“DEPRESSÃO SECUNDÁRIA” E MEDIDAS MONETÁRIAS COMPENSATÓRIAS

Essa relação fundamental entre inflação e desemprego não é clara porque – embora a demanda insuficiente *não* seja normalmente a causa primária do desemprego, a não ser durante uma real deflação, ou seja, quando há um decréscimo da quantidade de dinheiro – o desemprego pode, ele próprio, tornar-se a causa de um encolhimento total da demanda agregada. Isso, por sua vez, pode levar a um posterior aumento do desemprego, culminando assim, num processo cumulativo de retração no qual o desemprego se alimenta do desemprego. Esta “depressão secundária” causada por deflação induzida deveria, logicamente, ser evitada, através de medidas monetárias compensatórias apropriadas. O grande problema – de que apenas posso falar rapidamente aqui – está em saber como isso pode ser feito, sem produzir mais efeitos negativos em termos de alocação de mão de obra. Neste momento, porém, a nossa tarefa principal é ainda a de evitar que se recorra a um novo surto inflacionário, num esforço para combater o desemprego que o mau direcionamento da mão de obra tornou inevitável. Esse curso de acontecimentos, além de agravar os problemas de alocação, traria, certamente, a longo prazo, consequências ainda piores.

É DIFÍCIL IDENTIFICAR A MÃO DE OBRA MAL DIRECIONADA DURANTE A “LONGA PROSPERIDADE”

Há um outro sério problema que não é justo tratar – pela complexidade dos fatos nele envolvidos – de maneira muito superficial: na

sequência prosperidades-depressões, do passado, as más alocações de mão de obra eram identificadas com relativa facilidade, uma vez que a expansão de crédito durante o auge da prosperidade beneficiava quase que exclusivamente o investimento industrial. Durante o longo período de prosperidade do pós-guerra, prosperidade esta mantida através da remoção dos vetos automáticos à inflação continuada (o padrão-ouro, as taxas de câmbio fixas, por exemplo), graças ao fato de os países deficitários terem sido liberados da necessidade de restringirem sua base monetária, e de haver provisão extra de liquidez internacional, a demanda adicional financiada pela inflação foi muito mais dispersa, o que torna extremamente difícil a identificação de sua origem. O efeito desta demanda adicional sobre a alocação de recursos, de um modo geral, e da mão de obra, de modo particular, teria de ser analisado separadamente para cada país e em cada fase do período. Parece-me impossível discernir com clareza onde os mais importantes superdesenvolvimentos poderiam estar localizados. Os lugares onde os trabalhadores mal alocados – e agora, conseqüentemente deslocados – poderiam achar emprego duro-douro, virão à tona apenas com a livre atuação do mercado.

A RECUPERAÇÃO DEVE RESULTAR DA REVITALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS LUCRATIVOS

De um modo geral, não deixa de ser verdadeira a afirmativa de que seria possível chegar bem perto de uma situação *temporária* de “pleno emprego” se o fato de se suprir o emprego através de obras públicas (situação da qual os trabalhadores desejarão sair, tão logo consigam outras ocupações mais bem remuneradas) viesse a impedir a queda substancial da demanda por parte dos consumidores. Estimular investimentos e gastos similares de forma direta, porém, apenas pode conduzir trabalhadores para empregos que – por mais que estes trabalhadores esperem e desejem que sejam permanentes – desaparecerão tão logo cessem estes investimentos e gastos.

Devemos, sem dúvida, esperar que a recuperação decorra de uma revitalização do investimento. No entanto, só podemos desejar o investimento que se prove rentável e que possa ter continuidade quando uma nova situação de estabilidade satisfatória e de alto nível de emprego for atingida. Não se deve esperar que se chegue a essa situação através de subsídios ao investimento ou de taxas de juros artificialmente baixas. E muito menos ainda se pode esperar que o tipo desejável, ou seja, estável, de investimento se materialize através de estímulo à demanda do consumidor.

Faz parte da mesma difundida falácia – que sempre agrada ao homem de negócios – a crença no sentido de que é preciso que a demanda do consumidor cresça para que o novo investimento seja rentável. Isto é verdade apenas nos casos em que o investimento é destinado a aumentar a produção através do uso das *mesmas* técnicas até então empregadas. Deixa de sê-lo quando se trata do tipo de investimento que pode aumentar a produtividade “per capita” através do emprego de capital em *mais* equipamentos que serão utilizados pelos trabalhadores. Este maior emprego de capital não é estimulado quando os produtos são de alto custo: na verdade, somente com os bens de consumo de custos relativamente *baixos* – que o tornam necessário para economizar nos gastos com pessoal – ele se mostra interessante. Esta é uma das mais elementares relações entre salários e investimentos que, no entanto, é totalmente desprezada na economia keynesiana.

O MONETARISMO E A (MACRO) TEORIA QUANTITATIVA MECÂNICA

Normalmente é caracterizado como “monetarista” o argumento de que a política monetária governamental é totalmente responsável pelo aumento excessivo na quantidade de dinheiro, bem como pelo consequente aumento geral dos preços observado nos países do mundo ocidental. Considerá-lo assim, a partir desta colocação genérica, parece-me uma posição indiscutível, muito embora também seja verdade que os governos foram levados àquela política principalmente por causa da atividade de sindicatos e de outras organizações monopolísticas (o cartel do petróleo, por exemplo). Num sentido mais restrito, a expressão “monetarista” é hoje, entretanto, frequentemente usada para identificar a posição dos expoentes de uma versão algo mecânica da teoria quantitativa do valor do dinheiro, versão esta que, a meu ver, tende a simplificar exageradamente o argumento teórico.

A principal objeção que faço a essa teoria reside no fato de que ela, por sua própria condição de “macroteoria”, dá atenção apenas ao efeito das variações da quantidade de dinheiro sobre o nível geral de preços, deixando de lado os efeitos destas variações sobre a estrutura de preços relativos. Assim, ela não leva em conta o fato que, para mim, representa os efeitos mais nocivos da inflação: a má alocação de recursos e o desemprego que, em última instância, é gerado por esta distorção.

É verdade que, para a maioria das finalidades práticas, essa versão simples da teoria quantitativa se mostra como um guia efeti-

vamente útil: não podemos esquecer que, de fato, as grandes inflações do passado – especialmente as que tiveram lugar na Alemanha no início dos anos 1920 e final dos 1940 – foram estancadas por homens que agiram com base nessa forma um tanto tosca da teoria quantitativa². Muito embora essa visão supersimplificada dos fatos me pareça inadequada para explicar alguns dos efeitos deletérios das variações da quantidade de dinheiro, há quase quarenta anos, quando tentava remediar seus defeitos, eu já afirmava enfaticamente que “uma das piores coisas que nos poderia ocorrer seria que as pessoas, de um modo geral, novamente deixassem de acreditar nas sugestões elementares da teoria quantitativa”³, teoria esta que, na época, tinha como principais representantes os economistas Irving Fisher e Gustav Cassel. E foi exatamente o que aconteceu, graças ao poder de persuasão de Lorde Keynes, cujas propostas para combater a depressão dos anos 1930 haviam sido bloqueadas pelo pensamento tradicional.

CANTILLON E KEYNES

Os efeitos daquele tipo de abordagem que acabou se tornando a abordagem tradicional já haviam sido apontados há 200 anos, quando Richard Cantillon criticou a versão similar da teoria quantitativa mecânica proposta por John Locke. Segundo Cantillon, Locke “embora soubesse que o excesso de dinheiro torna tudo mais caro, não fez uma análise de como isso ocorre. E a grande dificuldade desta análise está justamente em descobrir por que caminhos e em que proporção o aumento de dinheiro eleva o preço das coisas.”⁴.

Cantillon foi o primeiro a tentar essa análise. O exame de como um influxo de dinheiro adicional altera a demanda *relativa* dos diferentes bens e serviços levou-o à explicação de como a inflação gera a má alocação de recursos – especialmente da mão de obra –, recursos estes que se tornam “redundantes” tão logo a inflação abrande ou mesmo deixe de se acelerar. Mas essa promissora corrente de pensamento foi ofuscada pela onda keynesiana, que causou um sério retrocesso na economia e abriu as portas para erros de política governamental que envergonhariam os nossos avós.

² Hjalmar Schacht e Ludwig Erhard respectivamente.

³ *Prices and Production* (London: Routledge, 1931), p. 3. E. von Böhm-Bawerk fazia referência ao “núcleo indestrutível da verdade da teoria quantitativa”.

⁴ Richard Cantillon, *Ensaio Sobre a Natureza do Comércio em Geral*, ed. Segesta (São Paulo, 2002), pt. I, cap. 6.

OS GOVERNOS AGIRAM DE ACORDO COM MAUS CONSELHOS

A atual inflação foi deliberadamente gerada por governos que agiram com base em conselhos recebidos de economistas. Já em 1957, o Partido Trabalhista inglês, em sua proposta de um fundo nacional de aposentadoria e pensões, tratou do problema de futuras alterações de preços, pois supunha que os preços seriam duplicados entre 1960 e 1980⁵ – perspectiva que, para a época, era alarmante, mas que já está, é claro, amplamente superada. Já em 1948, um manual de economia de muito prestígio sustentava que um aumento dos preços da ordem de 5% ao ano (o que significaria dobrá-los em menos de treze anos) era inócuo⁶. Esses economistas, como tantos outros, não levaram em consideração o fato de suas metas exigirem uma inflação em aceleração. E qualquer inflação em aceleração mais cedo ou mais tarde se torna insuportável. Uma taxa de inflação em ritmo constante, por sua vez, passa a ser, muito em breve antecipada nas transações normais de mercado, o que, por um lado, simplesmente não traz qualquer benefício, e, por outro, apenas prejudica os que recebem rendas contratualmente fixas.

“INFLAÇÃO”: CERTO E ERRADO

Má muita confusão nas discussões atuais, em função do uso frequentemente inadequado da palavra “inflação”. Seu significado original e adequado é este: um aumento excessivo da quantidade de dinheiro que, por sua vez, determina um aumento de preços. Um aumento geral de preços, porém, causado, por exemplo, por uma escassez de alimentos decorrente de más colheitas não é inflação. Também poderíamos apropriadamente chamar de “inflação” a uma alta generalizada de preços causada por uma escassez de petróleo, ou de outras fontes de energia, que determinasse uma redução absoluta de consumo, a menos que essa carência se transformasse em pretexto para um aumento adicional da quantidade de dinheiro. Pode haver também inflação que prejudique consideravelmente o funcionamento do mercado, sem causar qualquer aumento de preços: isto acontece quando o aumento é evitado através de controle. De fato, esse tipo de

⁵ National Superannuation: Labour's Policy for Security in Old Age (London: British Labour Party, 1957), pp. 104, 109.

⁶ “Se o aumento de preços pudesse ser mantido, digamos, abaixo de 5%, esta inflação suave e constante não seria necessariamente motivo de grandes preocupações” -Paul A. Samuelson. *Economics: An Introductory Analysis* (New York: McGraw-Hill, 1948). p. 282.

inflação “reprimida” tende a desorganizar as atividades econômicas ainda mais do que a inflação aberta. Além de não oferecer quaisquer benefícios, mesmo a curto prazo (exceto para as pessoas que recebem o dinheiro adicional), leva diretamente ao dirigismo econômico.

NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE ESCOLHA ENTRE INFLAÇÃO E DESEMPREGO

A inflação tem, obviamente, muitos outros efeitos nocivos, muito mais graves e dolorosos, aliás, do que podem supor as pessoas que não vivenciaram um processo inflacionário severo. Mas o efeito, mais devastador, e ao mesmo tempo o menos compreendido, é que a inflação, a longo prazo, inevitavelmente leva ao desemprego em grande escala. Simplesmente não é verdade, ao contrário do que alguns economistas dizem, que, enquanto durar o desemprego, o aumento da demanda agregada vai fazer apenas o bem, e não o mal. Isto pode ser verdade a curto, mas não a longo prazo, não há a escolha entre inflação e desemprego, da mesma forma que não é possível escolher entre comer demais e indigestão: a glotoneria pode ser muito agradável enquanto está em processo, mas o dia do ajuste de contas – o dia da indigestão – seguramente virá.

